Proposta de Integração da Sustentabilidade no Processo Racional de Planejamento

C. Silva [a], O. L. G. Quelhas [b]

a. dasilvalc@bol.com.br

b. Universidade Federal Fluminense, Niterói, quelhas@latec.uff.br

Resumo

Desde a apresentação do conceito de Desenvolvimento Sustentável pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, muitas iniciativas para se buscar a sustentabilidade podem ser encontradas na literatura. Este artigo origina-se da revisão da literatura de sustentabilidade e da teoria de planejamento e propõe uma estrutura simples, que aplica os conceitos de sustentabilidade dentro das etapas de um processo racional de planejamento, visando avançar para a sustentabilidade. Ele ainda fornece um entendimento conceitual e prático da sustentabilidade a ser experimentado na prática.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, Abordagens de Planejamento, Racionalidade.

1 Introdução

1.1 Contexto: Historicamente a preocupação com os problemas ambientais tem como um dos primeiros marcos, a reunião do Clube de Roma, em 1971. Esse acontecimento reuniu cientistas de diversas nacionalidades, de onde deu origem ao livro denominado "Limites do Crescimento", no qual já se chamava a atenção para a rapidez que os recursos naturais estavam sendo exauridos e que afetaria, principalmente, os países em desenvolvimento.

Em regra, esse foi o estopim para que os governantes preocupados com a repercussão dos resultados, advindos desse estudo, resolvessem realizar em 1972 na cidade de Estocolmo, na Suécia, uma Conferência Internacional promovida pela ONU, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano.

O fim dos anos 70 e início dos anos 80 ficou marcado pelo início da dicotomia dos termos desenvolvimento e meio ambiente. O ano de 1987 pode ser considerado o divisor de águas, pois foi quando a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, por meio do Relatório de Brundtland denominado "Nosso Futuro Comum", apresentou a expressão "Desenvolvimento Sustentável" e como principal objetivo do desenvolvimento: a satisfação às necessidades e aspirações humanas.

No entanto, somente cinco anos mais tarde que surgiu o comprometimento político internacional com o Desenvolvimento Sustentável, por meio da Conferência das

Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD ou EcoRio 92 – realizada no Brasil.

Como o relatório de Brundtland apresentou apenas algumas orientações para se alcançar o desenvolvimento sustentável, neste encontro um dos mais importantes documentos foi apresentado – a Agenda 21, propondo um plano detalhado com estratégias de ação para se buscar um desenvolvimento sustentado, fundamentado na inter-relação e interdependência entre as pessoas, o meio ambiente e a economia.

1.2 A relação conceitual entre Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade

O desenvolvimento é definido pelo ecologista Fritjof Capra (2005), como sendo uma propriedade fundamental de todo sistema vivo com o potencial de realização de algo, implicando em melhoria ou, pelo menos, mudança qualitativa de estado, dando a idéia de mudança de direção e de progresso (Gallopín, 2003).
É notório que o modelo de desenvolvimento que se vive até este momento está ultrapassado, pois não é difícil de perceber que há um paradoxo entre a preservação ambiental e o crescimento econômico. Indubitavelmente, um dos principais paradigmas a ser mudado é a estratégia até então utilizada do desenvolvimento a qualquer custo.

Ao se fazer uma análise retrospectiva de como o desenvolvimento tem ocorrido, felizmente nota-se que a nossa relação com o meio ambiente tem melhorado consideravelmente, o que se deve basicamente ao aperfeiçoamento do conhecimento técnico-científico e conseqüentemente um melhor entendimento das questões ambientais.

De acordo com Mebratu (1998) foi durante a Conferência de Estocolmo, que os primeiros passos foram dados para se conceituar o desenvolvimento sustentável, pelo simples fato de ter havido o reconhecimento da importância das ferramentas de gestão ambiental.

O relatório de Brundtland definiu o Desenvolvimento Sustentável – DS como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazer as suas próprias necessidades”.

Embora desde então tenha havido muitas controvérsias em sua definição, a partir da EcoRio 92, o conceito de Desenvolvimento Sustentável passou a ser incluído em políticas e planos em todos os níveis, considerando pelo menos os três elementos: meio ambiente, equidade social e economia, como a base ou pilares desse processo. Contudo os planos de desenvolvimento sustentado ainda têm focado na dimensão ambiental, com maior ênfase na sustentabilidade ecológica e com menos na social.

Das muitas definições e diversas interpretações do conceito de desenvolvimento sustentável que têm sido feitas, deve-se ressaltar a de Meppem & Gill (1998) de que o “Desenvolvimento Sustentável é a orientação política da sustentabilidade” e a afirmativa de Diesendorf (2000) de que a definição de DS dá ênfase ao aspecto de longo prazo do conceito de sustentabilidade e apresenta o princípio ético de alcançar a igualdade entre as gerações atuais e futuras. Tendo em vista que esses conceitos estão em evolução, para Fien & Tilbury (2002) todas as definições precisam ser avaliadas criticamente, devido aos interesses particulares dos sujeitos e autores envolvidos.

Na opinião de Giddings et al. (2002) o uso da palavra sustentabilidade ao invés de Desenvolvimento Sustentável evitaria possíveis conflitos entre os três pilares: proteção ambiental, crescimento econômico e igualdade social e ainda se basearia nos dois pilares: meio ambiente e necessidades humanas conforme declarado pelo relatório de Brundtland.

A sustentabilidade pode ser considerada como o objetivo e o desenvolvimento sustentável como o processo para se alcançá-lo (Diesendorf, 2000; Clift, 2000 apud Sikdar, 2003), enquanto que para Marcuse (1998) ela é uma restrição que deve ser considerada como um critério ao se avaliar as alternativas dentro de um processo quando se busca um objetivo desejado.

Ela deve ser considerada ainda, não como uma condição ideal determinada ou como um objetivo final, mas sim como um processo dinâmico que melhora o gerenciamento dos sistemas por meio de aprendizagem, entendimento e melhor uso do conhecimento (Marschke & Berkes, 2005).

Na literatura podem ser encontradas muitas iniciativas, que busquem o DS realizadas em todos os níveis: local, nacional e global, mas que ao enfrentar os diferentes aspectos dos desafios ambientais globais apenas se têm aumentado a frustração e a desilusão (Mebratu, 1998). Entretanto apesar da ambigüidade e incerteza para se colocá-la em prática, na opinião de Glasby (2002), não se pode haver dúvida sobre a importância do desafio de se buscar o desenvolvimento sustentável e que a opção de não se fazer nada, não é a mais apropriada.

Extraído da literatura que trata de desenvolvimento sustentável e de planejamento, este artigo propõe estudar os conceitos envolvidos e as abordagens teóricas e práticas de planejamento, além de sugerir a inclusão dos conceitos da sustentabilidade nos processos racionais de planejamento, por meio de uma estrutura simples a ser seguida durante a implementação de planos que busquem a sustentabilidade.

2 Contextualizando sustentabilidade e planejamento

2.1 Entendendo a Agenda 21 como um plano para a sustentabilidade.

A Agenda 21 é um plano de ação dinâmico, capaz de evoluir com o decorrer do tempo (CNUMAD, 1997), que consiste de 40 capítulos sobre os vários aspectos do desenvolvimento sustentável. Esta agenda além de propor que sejam criadas e estabelecidas novas definições, princípios e indicadores de sustentabilidade, para que se possa alcançar o novo paradigma de desenvolvimento. Ela ainda reconhece a necessidade de uma abordagem sistêmica (Raskin et al., 1998).

Na prática, segundo Kates et al. (2005) após a definição do conceito de sustentabilidade, devem-se declarar os valores, estabelecer os objetivos, criar e analisar os indicadores. Sendo que valores são atitudes e exemplos, que evoluem em decorrência das percepções e experiências vividas, e que possuem a capacidade de gerar consensos entre os grupos com diferentes opiniões (Lele, 1991).

Os valores podem ser os apresentados pela Declaração do Milênio: liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito à natureza e responsabilidade comum, os quais definem os objetivos ou conduzem-nos para eles, estruturam nossas atitudes e fornecem padrões de avaliação para os comportamentos dos indivíduos e da sociedade (Kates et al., 2005).

Conforme proposto pela Agenda 21, várias definições do conceito de sustentabilidade têm sido criadas, acompanhada de uma variedade de princípios, aqui definidos como regras básicas de como proceder. Também chamado de orientadores (Bossel, 1999), eles demonstram características de um tipo particular de desenvolvimento e fornecem orientações para os atores, motivando os a preferir certas ações, caminhos e impactos ao invés de outros.

A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento apresentada durante a CNUMAD estabeleceu 27 princípios para um desenvolvimento sustentado, os quais têm servido de base para serem criados vários outros. Analisando esses princípios percebe-se que esses são critérios, pois determinam padrões mínimos necessários para se alcançar os objetivos/restrições (Yoe & Orth, 1996).

Para que ocorra o desempenho da sustentabilidade na prática, esse novo paradigma de planejamento deve atender simultaneamente aos seguintes princípios: integração; antecipação e prevenção; equilibrar diferentes valores e interesses; adaptação e manutenção da diversidade ecológica e cultural; reconhecimento das restrições ecológicas; interação, participação e cooperação; satisfação das necessidades básicas; autoconfiança e fortalecimento das partes envolvidas; e mudança institucional (Briassoulis, 1999).

Os princípios são utilizados para a derivação de indicadores que, em geral, devem ser mensuráveis, relevantes, simples de usar e entender, reprodutíveis, apropriados e oportunos para a tomada de decisão (Diesendorf, 2000). De acordo com o capítulo 40 da Agenda 21 há necessidade de se estabelecer "indicadores de sustentabilidade para servir de base sólida para a tomada de decisões, em todos os níveis".

Dentro de uma visão sistêmica, para se reconhecer a presença ou a ausência de sustentabilidade ou mesmo as ameaças aos sistemas, Bossel (1999) propõe que sejam desenvolvidos indicadores apropriados para tal. Segundo esse mesmo autor, eles devem fornecem informações sobre o sistema e na sua definição eles devem: orientar as políticas e as decisões em todos os níveis da sociedade, ser compacto cobrindo todos os aspectos relevantes, refletir os interesses e pontos de vista das diferentes partes envolvidas, e deduzir a viabilidade e a sustentabilidade dos processos em desenvolvimento.

Eles são muito importantes para motivar as ações, durante o monitoramento do avanço em direção a sustentabilidade (Diesendorf, 2000) e devem ser criados para que informem o nível de satisfação com relação aos princípios básicos estabelecidos (Bossel, 1999). A análise desses indicadores deve mostrar o que é sustentável e o que é insustentável e na opinião de Azar et al. (1996) embora não haja um limite bem definido entre a sustentabilidade e a insustentabilidade, somente pelo uso deles é que se conseguirá a informação se a sustentabilidade está ou não sendo alcançada.

2.2 As abordagens e um novo paradigma de planejamento

O planejamento é um processo que envolve atividade humana, a sua realização racional, a deliberação de escolhas, a resolução de problemas e o controle futuro de suas conseqüências (Yoe & Orth, 1996), sendo que ao resolver os problemas e ao atingir seus objetivos sempre se estará mudando de onde se está para algum outro lugar no qual se almeja chegar.
Hudson (1979) identificou cinco abordagens presentes nas escolas de planejamento, as quais surgiram como crítica à abordagem racional e que são conhecidas como SITAR: a Sinóptico-racional/compreensiva; a Incremental; a Transativa; a de Advocacia e a Radical. Para este autor a mistura das abordagens

pode conduzir a melhores resultados diante das diversidades dos problemas e da complexidade de uma dada situação.

Além dele, Briassoulis (1989) identificou no planejamento ambiental as seguintes abordagens: a sinóptico-compreensiva/racional, a adaptativa, a de advocacia, a participativo-consensual, a incremental e a de contingência.

O planejamento ambiental, surgido a partir dos anos 60, na opinião de Brugmann (1996) tem servido de base para uma nova direção de planejamento. Esse tipo de planejamento já é direcionado para o futuro, embora em horizontes de tempo diferentes do que quando se refere à sustentabilidade.

Neste estudo não se estudará todas as abordagens citadas, apenas as que foram apresentadas igualmente pelos dois autores e aquelas que possuem base conceitual ou nos princípios da teoria da sustentabilidade, como a abordagem participativo-consensual, a adaptativa e a radical.

A abordagem sinóptica ou compreensivo-racional é basicamente simples, lógica e operacional, sendo por isso a forma dominante dentro do planejamento (Hudson, 1979; Berke, 2002). Nessa abordagem os valores definem os objetivos e metas a serem alcançados e conforme pondera Berke (2002), ela se deve às coisas atuar de modo previsível dentro de uma visão sistêmica e que soluções mais racionais podem ser fornecidas ao processo de tomada de decisão.

As etapas de racionalidade desse processo, de acordo com Hudson (1979) são quatro: (i) estabelecimento dos objetivos; (ii) identificação das alternativas; (iii) determinação dos meios considerando os fins ou propósitos e; (iv) a implementação das decisões, sendo que cada etapa nesse processo de planejamento pode incluir múltiplas iterações e 'feedbacks'.

Contudo essa abordagem não é eficaz ao lidar com a complexidade das causas e efeitos decorrentes de certos problemas, sendo assim outras abordagens foram identificadas, servindo de suporte ou substituindo a mesma.

Surgido devido à ineficácia do processo racional, a abordagem incremental consiste de uma seqüência não linear de ações, onde lentamente e de tempo em tempo se tomam decisões e realiza ações com o propósito de aperfeiçoar as alternativas identificadas (Hudson, 1979).

A abordagem de advocacia encoraja os valores de igualdade e inclusão no planejamento, além da distribuição justa ao formular os objetivos. Ela é encontrada quando ocorre ampla discussão, sobretudo com a participação e dando ênfase nas reivindicações das partes envolvidas ou afetadas (Briassoulis, 1989; Berke, 2002). Essa abordagem tem afetado a forma de planejamento ao introduzir uma forte dose de princípios normativos, impedindo os planos e alterando visões de interesses individuais (Hudson, 1979).

A abordagem adaptativa consiste de adaptações sucessivas e contínuas das atividades humanas para as diferentes condições socioeconômicas e ambientais, durante certo tempo e em um determinado lugar, de acordo com o conhecimento adquirido no processo (Boswell, 1997). De acordo com Briassoulis (1989) há necessidade de que cada etapa do processo de planejamento seja flexível, afim de que as mudanças sejam realizadas na direção desejada e para que soluções consistentes sejam fornecidas.

A abordagem radical é considerada pelo professor John Friedman, como aquela que objetiva a transformação social, começando com uma crítica da situação atual e

fornecendo respostas a essa crítica (Beard, 2003). Para Hudson (1979) ela requer idéias que se transformem em ações para que haja mudanças permanentes nos valores e nas instituições sociais.

Na abordagem participativa, em geral, as partes afetadas são as que buscam as soluções para os problemas e em seguida elas apresentam as considerações apropriadas, e assim acontece a construção de consenso nas diferenças de opiniões (Briassoulis, 1989). Os participantes são encorajados a delegar responsabilidades entre eles e a trabalhar consensualmente para conseguir as soluções aceitáveis para o processo de tomada de decisão (Carr et al., 1998).

No planejamento organizacional, o diálogo e o engajamento com as partes interessadas ou envolvidas são fundamentais e os recursos para a obtenção de opiniões, demandas e necessidades das diversas partes interessadas têm sido denominado de investigação apreciativa (Cooperrider & Whitney, 2005; Quinn, 2003, citado em Cooperrider & Whitney, 2005).

Como um apelo no capítulo 10 da Agenda 21, uma nova abordagem de planejamento, integrada, foi corroborada por van Diepen & Voogd (2001), ao sugerir que na prática, ela seja baseada na essência da integração e em processo.

Esse novo paradigma de planejamento tem sido denominado por alguns autores, como planejamento para a sustentabilidade (Brugmann, 1996; Meppem & Gill, 1998; Briassoulis, 1999; Conroy and Berke, 2004; Marschke & Berkes, 2005), um processo de aprendizagem (Meppen & Gill, 1998), transformativo (Wals & Corcoran, 2006), adaptativo e de mudanças controladas em um sistema complexo, integrado e multidimensionado (van den Bergh, 1996). Conforme afirma Meppen & Gill (1998), o ponto de partida de um processo orientado para se alcançar a sustentabilidade.

Esse planejamento surge ainda como um processo holístico, transdisciplinar (Meppen & Gill, 1998), oriundo de uma mistura de conceito e princípios do desenvolvimento sustentável com a prática, usufruindo da ampla participação e diálogo com todas as partes envolvidas.

3 Proposta de uma estrutura integrando Sustentabilidade no Processo de Planejamento

Na prática de planejamento, embora os planejadores concordem que haja muitas dificuldades, é essencial que estudos de casos sejam realizados para se verificar a presença das abordagens de planejamento (Hudson, 1979; Briassoulis, 1989), que se estude a possibilidade de se utilizar abordagens mais integradas para uma melhor tomada de decisão (van Diepen & Voogd, 2001) e que essas decisões sejam sustentáveis.

Como cada uma das abordagens do planejamento descritas anteriormente apresenta requisitos de um planejamento para a sustentabilidade, torna-se necessário que o planejador híbrido (Briassoulis, 1999) utilize uma mistura de abordagens encontradas na teoria e na prática de planejamento.
Ainda segundo essa autora, a medida certa a ser usada de cada uma delas, somente poderá ser percebida na situação prática vivenciada. Contudo elas deverão ser utilizadas concomitantemente e dando suporte mutuamente.

Como a igualdade e justiça inerentes à abordagem de advocacia são consideradas princípios e a dimensão social, um dos três pilares da sustentabilidade, é preocupação da abordagem radical, essas abordagens deverão suportar qualquer planejamento que busque a sustentabilidade.

A abordagem compreensivo-racional já vem sendo utilizada na prática de planejamento há muito tempo, embora sendo limitada diante de situações complexas, assim ao surgir novas informações e prioridades torna-se necessário usufruir da abordagem adaptativa. Além disso, as opiniões conflitantes existentes entre as pessoas envolvidas no processo racional serão harmonizadas pelo interesse comum utilizando a abordagem participativo-consensual.

Baseando-se nos conceitos de planejamento elaborados por Yoe & Orth (1996) e nas etapas da racionalidade do planejamento propostas por Hudson (1979), uma proposta de uma estrutura simples, que inclui os conceitos da sustentabilidade nestas etapas, está sendo apresentada, conforme representado na **Fig. 1** e descrito a seguir:

1- Identificar o cenário ou o sistema a ser desenvolvido, utilizando a investigação apreciativa;
2- Definir os valores e princípios de sustentabilidade;
3- Estabelecer os objetivos e metas;
4- Identificar as alternativas ou os planos;
5- Determinar os meios, considerando os fins ou propósitos;
6- Estabelecer os critérios e os indicadores;
7- Avaliar os indicadores e;
8- Tomada das melhores decisões.

Geralmente em toda atividade de planejamento é necessário que seja identificado o que vai ser sustentado ou desenvolvido sustentavelmente, por e para quem, em que área e durante qual período (Briassoulis, 1999).

Neste espaço de transformação, os atores envolvidos devem realizar a identificação do cenário, contexto ou a definição do sistema a ser desenvolvido (Musters et al., 1998), sendo que a utilização da investigação apreciativa nesta etapa ajuda a desenvolver a visão e vontade de um grupo, organização ou da sociedade como um todo, e ainda criar novas imagens e idéias que auxiliam no desenvolvimento do sistema (Cooperrider & Srivastva, 1987).

Eles ainda devem possuir uma visão holística ou sistêmica do processo de mudança em busca da sustentabilidade, a qual é orientada por valores e princípios (Fien & Tilbury, 2002). Os valores que podem ser econômico, ecológico e sociocultural (Muster et al., 1998) poderão ser observados em cada uma das abordagens identificadas nesse planejamento.

Neste modelo de planejamento é essencial segundo van Diepen & Voogd (2001), que os princípios do desenvolvimento sustentável sejam utilizados como padrões para: dar suporte ao processo de tomada de decisão, avaliar todas as estratégias e ações e ainda poderem ser usados como medidas para o julgamento das alternativas ou mesmo planos.

Após definidos os valores e os princípios, os planos devem integrar o conceito de desenvolvimento sustentável na definição da visão ou da direção aonde se quer chegar (Conroy & Berke, 2004). Nessas duas etapas os participantes devem dedicar particularmente na construção de consenso.

Em seguida segue o desafio de transformar a visão em ação, pelo estabelecimento dos objetivos e metas (Raskin et al., 1998), sendo que a distinção entre esses dois termos deve estar clara entre os participantes, a saber, objetivo ou “goal” é a realização de algo, em uma perspectiva ampla e a meta ou “objective”, realizar algo especificamente (Yoe & Orth, 1996).

Na definição dos objetivos e consequentemente as metas desse plano são fundamentais considerar: proteção ambiental, igualdade social dentro de e entre as gerações, e por fim o desenvolvimento econômico (Conroy & Berke, 2004), de modo que os objetivos como as metas devam ser orientadas pelos princípios e valores estabelecidos.

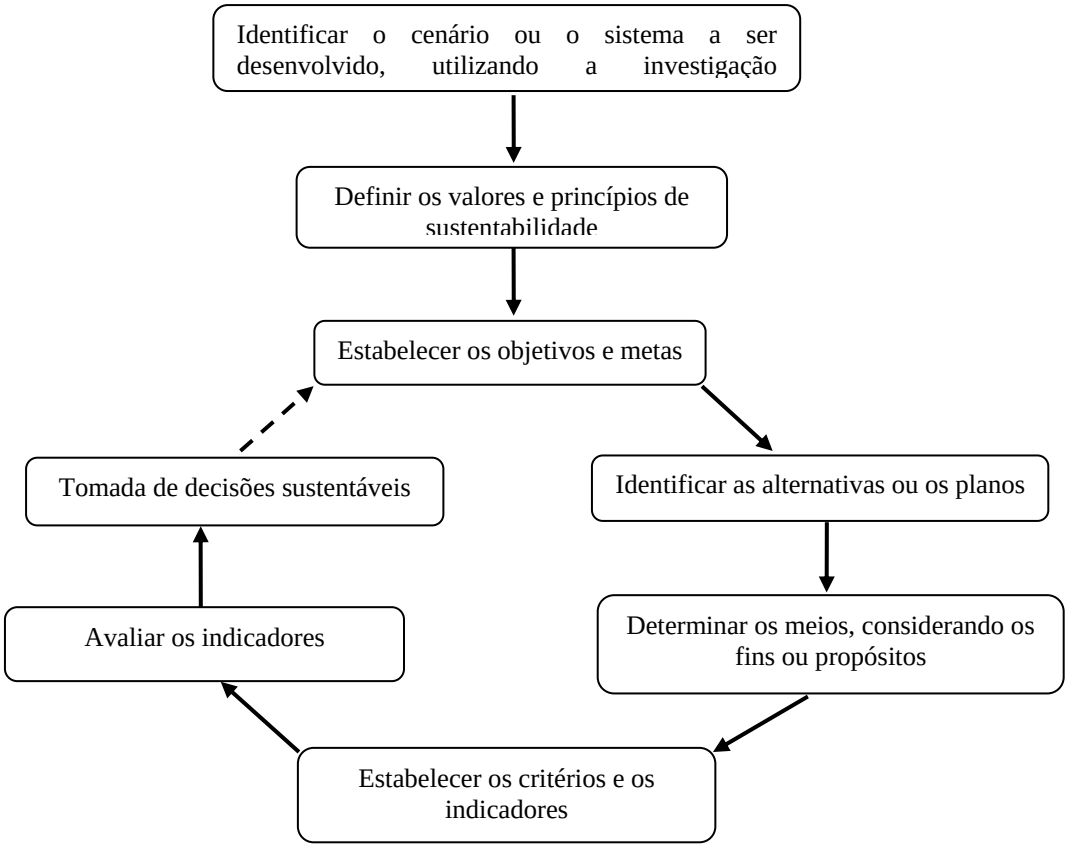

Fig. 01: Estrutura proposta para se alcançar a sustentabilidade.

Na identificação das alternativas ou dos planos que serão utilizados, as abordagens de planejamento estudadas poderão servir de suporte no processo, em seguida deve ser definidos os meios para se alcançar os objetivos e metas estabelecidos.

A etapa crítica e fundamental dentro desse modelo é a criação de critérios e indicadores de sustentabilidade, baseados nas três dimensões: proteção ambiental, crescimento econômico e justiça social, para que eles sejam utilizados na orientação das decisões tanto no presente como no futuro.
Assim como uma expressão de valor (Bossel, 1999), os indicadores devem procurar simplificar as informações complexas, para que elas sejam facilmente compreendidas, não importando as diferenças educacionais e culturais dos envolvidos.

Se os indicadores forem adequadamente definidos, a sua análise conduzirá à tomada de melhores decisões. De acordo com o relatório da Unesco-Scope (2006), tomar decisões sem indicadores apropriados é como dirigir sem sinalização.

No processo de tomada de decisão, para Pope et al. (2004) as decisões sustentáveis só serão garantidas com a utilização da ferramenta “Avaliação para a Sustentabilidade”. Esta ferramenta de avaliação que está intrínseca à estrutura que está sendo proposta engloba uma clara definição de sustentabilidade, a

"operacionalização" dos seus princípios e dos correspondentes critérios contra os quais a avaliação será conduzida.

Esse mesmo autor afirma que os indicadores devem separar o que é sustentável do que é insustentável, corroborando com Azar et al. (1996), que afirma que não há um limite bem definido entre a sustentabilidade e a insustentabilidade e que somente a gestão por meio do uso de indicadores é que se obterá a informação se a sustentabilidade está sendo conduzida ou não.

Essa análise ainda poderá demonstrar que os objetivos e metas necessitam ser revisado, sendo assim após a revisão destes o processo deve continuar a seguir linearmente, conforme a estrutura proposta.

4 Conclusão

Esse modelo proposto híbrido de processo de planejamento racional, participativo/consensual, adaptativo, radical e de advocacia foi criado da percepção de que ele é necessário para conduzir os conflitos decorrentes do ambiente complexo de tomada de decisão.

Ele também é uma oportunidade na busca da sustentabilidade, baseado na aprendizagem e consistente com os valores e objetivos das pessoas envolvidas. No entanto ele deve ser realizado com uma perspectiva de longo prazo para consulta e participação, de modo que com cuidado e adaptativamente, utilizando a abordagem de investigação apreciativa, construa-se consenso e entendimento entre os atores envolvidos.

Devido à complexidade inerente a aplicação de sustentabilidade na prática, torna-se necessário que os envolvidos tenham um treinamento especial neste novo paradigma.

Não se tem a pretensão de que a estrutura apresentada seja absoluta, ela é simplesmente uma contribuição de quem reconhece que a sustentabilidade é nossa única opção. Sendo assim ela deve ser experimentada na prática para que adequações e revisões sejam feitas, afim de que a mesma se torne apropriada para utilização dentro de um planejamento para a sustentabilidade.

5 Referências

Azar, C., Holmberg, J., Lindgren, K., 1996. Sócio-Ecological Indicators for Sustainability. Ecological Economics, v. 18, p. 89-112.

Beard, V. A., 2003. Learning Radical Planning: The Power of Collective Action. Planning Theory, v. 2, n. 1, p. 13-35.

Berke, P. R., 2002. Does Sustainable Development Offer a New Direction for Planning? Challenges for the Twenty-first Century. Journal of Planning Literature, v. 17, n. 1, p. 21-36.

Bossell, H., 1999. Indicators for Sustainable Development: Theory, Method, Applications. A Report to the Balaton Group. International Institute for Sustainable Development. Winnipeg, Canada, 124 p.

Boswell, M. R., 1997. Redefining Environmental Planning: Implications of the Emergence of Ecosystem Management and Sustainable Development. Annual Conference of the Association of Collegiate Schools of Planning, Ft. Lauderdale, Florida.

Briassoulis, H., 1989. Theoretical Orientations in Environment Planning: An Inquiry into Alternative Approaches. Environmental Management, v. 13, n. 4, p. 381-392.
Briassoulis, H., 1999. Who Plans Whose Sustainability? Alternative Roles for Planners. Journal of Environmental Planning and Management, v. 42, n. 6, p. 889-902.

Brugmann, J., 1996. Planning for Sustainability at the Local Government Level. Environmental Impact Assessment Review, v. 16, n. 4, p. 363-379.

Carew, A.L. and Mitchell, C.A., 2008. Teaching Sustainability as a Contested Concept: Capitalizing on Variation in Engineering Educators' Conceptions of Environmental, Social and Economic Sustainability. Journal of Cleaner Production, v. 16, p. 105-115.

Capra, F., 2005. Development and Sustainability. Site www.ecoliteracy.org
Carr, D. S.; Selin, S. W.; Schuett, M. A., 1998. Managing Public Forests: Understanding the Role of Collaborative Planning. Environmental Management, v. 22, n. 5, p. 767-776.

Cooperrider, D. L., & Srivastva, S., 1987. Appreciative inquiry in organizational life. In W. Pasmore & R. Woodman (Eds.), Research In Organization Change and Development, v. 1, p. 129-169. Greenwich, CT: JAI Press.

Cooperrider, D. L., & Whitney, D., 2005. Appreciative Inquiry: A positive revolution in change.: Berrett-Koehler Publishers, Inc. San Francisco, CA.

CNUMAD, 1997. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Agenda 21, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2ª ed., Brasília, 598 p.

Conroy, M. M; Berke, P. R., 2004. What Makes a Good Sustainable Development Plan? An Analysis of Factors that Influence Principles of Sustainable Development. Environment and Planning A, v. 36, p. 1381-1396.

Diesendorf, M., 2000. Sustainability and Sustainable Development. In Dunphy, D.; Benveniste, J.; Griffiths, A. and Sutton, P. (Eds) Sustainability: The Corporate Challenge of the 21st Century, Sydney: Allen & Unwin, chapter 2, p. 19-37.

Fien, J. and Tilbury, D., 2002. The Global Challenge of Sustainability. In Education and Sustainability: Responding to the Global Challenge. D. Tilbury, R. B. Stevenson, J. Fien, and D. Schreuder (Ed). Gland, Switzerland: IUCN, chapter 1, 206 p.

Gallopín, G., 2003. A Systems Approach to Sustainability and Sustainable Development. Cepal-Eclac Serie Medio Ambiente y Desarrollo. n° 64. Santiago, Chile, Mar., 42 p.

Giddings, B.; Hopwood, B.; O'brien, G., 2002. Environment, Economy and Society: Fitting them Together into Sustainable Development. Sustainable Development, v.10, p. 187-196.

Glasby, G. P., 2002. Sustainable Development: The Need for a New Paradigm. Environment, Development and Sustainability, v. 4, p. 333–345.
Hudson, B. M., 1979. Comparison of Current Planning Theories: Counterparts and Contradictions. Journal of the American Institute of Planners, v. 45, n. 4, p. 387-398.

Kates, R.W.; Paris, T. M; Leiserowitz, A. A., 2005. What is Sustainable Development? Goals, Indicators, Values and Practice. Environment: Science and Policy for Sustainable Development, v. 47, n. 3, p. 8-21, Apr.

Lele, S. M., 1991. Sustainable development: A Critical Review. World Development, v.19, n.6, p. 607-621.

Marcuse, P., 1998. Sustainability is not enough. Environment and Urbanization, v. 10, n. 2, p. 103-111.

Marschke, M.; Berkes, F., 2005. Local Level Sustainability Planning for Livelihoods: A Cambodian Experience. International Journal of Sustainable Development & World Ecology, v. 12, p 21-33.

Mebratu, D., 1998. Sustainability and Sustainable Development: An Historical Conceptual Review. Environmental Impact Assesment Review, V. 18, P. 493–520.
Meppem, T.; Gill, R., 1998. Planning for Sustainability as a Learning Concept. Ecological Economics, v. 26, p. 121-137.

Muster, C.J.M.; de Graaf, H.J.; ter Keurs, W.J., 1998. Defining Socio-Environmental Systems for Sustainable Development. Ecological Economics, v. 26, p. 243–258.
Pope, J.; Annandales, D.; Morrison-Saunders, A., 2004. Conceptualising Sustainability Assessment. Environmental Impact Assessment Review, v. 24, p. 595-616.

Raskin, P.; Gallopín, G.; Gutman, P.; Hammond, A.; Swart, R., 1998. Bending the Curve: Toward Global Sustainability. Stockholm, Sweden: Stockholm Environment Institute. PoleStar Series Report No. 8, 128 p.

Sikdar, S. K., 2003. Sustainable Development and Sustainability Metrics. American Institute of Chemical Engineers Journal, v. 49, n. 8, p. 1928-1932, Aug.

Unesco-Scope., 2006. Indicators of Sustainability: Reliable Tools for Decision Making. Paris, France. Policy Briefs, n.1, May.

van den Bergh, J.C.J.M., 1996. Ecological Economics and Sustainable Development: Theory, Methods and Applications. Edward Elgar, UK.

van Diepen, A.M.L.; Voogd, H., 2001. Sustainability and Planning: Does Urban Form Matter? Internacional Journal Sustainable Development, v. 4, n. 1, p. 59-74.

Yoe, C. E.; Orth, K. D., 1996. Planning Manual. IWR Report 96-R-21, Institute for Water Resources, U.S.Army Corps of Engineers, Alexandria, VA, 275 p.

Wals, A. E. J. and Corcoran, P. B., 2006. Sustainability as an Outcome of Transformative Learning. In Drivers and Barriers for Implementing Sustainable Development in Higher Education. Holmberg, J. and Samuelsson, B. E. (Eds) Education for Sustainable Development in Action. Technical Paper n°3, chapter 14, 130 p.